



ES

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0320655-7 (NPU. 0012622-15.2013.8.17.0000)

Autor: Valmir Antonio da Silva

Réu: Chefe de Gestão de Capacitação da Secretaria de Defesa Social

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: CAUTELAR INOMINADA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. O CANDIDATO NÃO ATINGIU O PERCENTUAL MÍNIMO DE ACERTO DE 40% (QUARENTA POR CENTO) EM CADA PROVA. PONTO DE CORTE INCIDENTE EM CADA DISCIPLINA, AFERIDAS ISOLADAMENTE. CAUTELAR JULGADA IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. Consultando o sistema Judwin, percebe-se que foi proferida Decisão Terminativa na Apelação Cível nº 0235426-7 negando provimento ao apelo, sendo esta decisão mantida no Recurso de Agravo que se seguiu. Atualmente, o processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça.
2. A discussão presente nesta Cautelar já encontra posicionamento solidificado em todas as Câmaras de Direito Público (vencido apenas um desembargador), no sentido de que o ponto de corte de 40% se refere a cada disciplina aferida isoladamente, e não a cada prova da parte geral e especial.
3. Depreende-se, portanto, que falece ao candidato a fumaça do bom direito necessária para garantir sua participação nas demais etapas do certame, já que este e. Tribunal, em sua maioria, entende que no concurso público em questão, para serem aprovados no exame intelectual os candidatos deveriam obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, e não em cada prova, não tendo, o autor, cumprido este requisito.
4. Cautelar julgada improcedente por decisão unânime.



56

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Cautelar Inominada nº 0320655-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a Cautelar, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0320655-7 (NPU. 0012622-15.2013.8.17.0000)

Autor: Valmir Antonio da Silva

Réu: Chefe de Gestão de Capacitação da Secretaria de Defesa Social

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Medida Cautelar proposta nos autos do processo nº 0235426-7 por Valmir Antonio da Silva pugnando pelo provimento liminar no sentido de lhe ser garantida a participação nas demais etapas do processo seletivo interno da PMPE, para acesso, por promoção, ao posto de Sargento (Edital nº 033/2010), e, em caso de êxito, poder ser promovido à graduação de Terceiro Sargento.

O candidato afirma que obteve nota superior ao ponto de corte de 40% em cada disciplina, mas ainda não foi convocado para realizar as demais etapas do concurso, sendo, esta demora, bastante prejudicial ao seu direito. Assim, pugna pelo provimento liminar e posterior procedência da Ação.

O pedido antecipatório foi indeferido (fls. 45/47), e o réu, apesar de devidamente intimado, não apresentou resposta à Cautelar.

É o relatório.

À pauta.

Recife, 09 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



SA
12

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0320655-7 (NPU. 0012622-15.2013.8.17.0000)

Autor: Valmir Antonio da Silva

Réu: Chefe de Gestão de Capacitação da Secretaria de Defesa Social

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Consultando o sistema Judwin, percebe-se que foi proferida Decisão Terminativa na Apelação Cível nº 0235426-7 negando provimento ao apelo, sendo esta decisão mantida no Recurso de Agravo que se seguiu. Atualmente, o processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça.

Eis o teor do acórdão do Agravo nº 0235426-7/01, publicado em 22/05/2012:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO DE POLICIAIS MILITARES NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. PORTARIA SDS N. 33/2010. EXAME INTELECTUAL. EXIGÊNCIA DE OBTENÇÃO DE UM NÚMERO DE ACERTOS MÍNIMOS EQUIVALENTES A 40% (QUARENTA POR CENTO) EM CADA PROVA/DISCIPLINA. ITEM 3.1.6 DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. RECURSO IMPROVIDO.

- Os apelantes participaram do Processo Seletivo Interno para ingresso de Policiais Militares da PMPE-Curso de Formação de Sargentos -PMPE, deflagrado pela Portaria SDS. N. 33 de 07 de janeiro de 2010, contudo, não obtiveram aprovação na primeira fase do certame.

- A nota de esclarecimento não alterou o edital do certame, apenas expôs a interpretação correta do referido item, segundo o qual, o candidato para lograr aprovação no exame intelectual teria que obter um número de acertos mínimos equivalentes a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina e não em cada Prova, Parte Geral e Específica.



58
DL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

- *A exigência imposta aos candidatos do certame, a saber, obter um número de acertos mínimos equivalentes a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina está claramente disposta no edital e foi aplicada a todos os candidatos, não havendo razão plausível para conferir distinta interpretação, em respeito aos princípios da isonomia e da segurança jurídica.*
- *Cumpre ressaltar ainda que além da aprovação no exame intelectual, o candidato precisa lograr êxito nas demais etapas do processo de seleção, a fim de garantir sua matrícula no curso de formação, devendo-se ainda, levar em consideração, o número de vagas disponibilizadas no edital e a ordem de classificação dos candidatos.*
- *Manutenção da decisão proferida em apelação cível, que não conheceu do recurso ante a sua manifesta improcedência.*
- *Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo.*

Essa discussão já possui entendimento solidificado em todas as Câmaras de Direito Público (vencido apenas um desembargador), no sentido de que o ponto de corte de 40% se refere a cada disciplina aferida isoladamente, e não a cada prova da parte geral e especial.

Depreende-se, portanto, que falece ao candidato a fumaça do bom direito necessária para garantir sua participação nas demais etapas do certame, já que este e. Tribunal, em sua maioria, entende que no concurso público em questão, para serem aprovados no exame intelectual os candidatos deveriam obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, e não em cada prova, não tendo, o autor, cumprido este requisito.

Pelas razões expostas, voto pela improcedência da cautelar.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator